



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE MARI
Casa José Paulo de França

PROMULGAÇÃO Nº 09/2026

PROMULGA A LEI MUNICIPAL Nº 1.324/2026, DECORRENTE DE SANÇÃO TÁCITA.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARI, Estado da Paraíba, no uso das atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pelo Regimento Interno desta Casa Legislativa,

CONSIDERANDO que o Projeto de Lei nº 02/2026 da Mesa diretora, foi regularmente aprovado pela Câmara Municipal de Mari;

CONSIDERANDO que o referido projeto foi encaminhado ao Chefe do Poder Executivo Municipal para sanção ou veto, na forma da legislação aplicável;

CONSIDERANDO que transcorreu o prazo legal sem que o Prefeito Municipal tenha sancionado expressamente ou vetado o projeto, caracterizando-se a sanção tácita;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Orgânica do Município de Mari e, subsidiariamente, o princípio estabelecido no art. 66, § 7º, da Constituição Federal, quanto à promulgação das leis em caso de omissão do Chefe do Poder Executivo;

RESOLVE:

Art. 1º Fica promulgada, em razão da sanção tácita, a Lei Municipal nº 1.324/2026, originária do Projeto de Lei nº 02/2026 da mesa diretora, aprovado pela Câmara Municipal de Mari, cujo texto integral acompanha o presente ato.

Art. 2º Determina-se o registro, a publicação oficial e a adoção das providências administrativas necessárias à divulgação da referida Lei Municipal.

Art. 3º Esta Promulgação entra em vigor na data de sua publicação, sem prejuízo da cláusula de vigência constante do texto da Lei ora promulgada.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Mari, Estado da Paraíba, em 14 de outubro de 2026.


Djacyara Maria Martiniano de Moura

Presidente da Câmara Municipal de Mari – PB.

Câmara Municipal de Mari - Estado da Paraíba
Rua Antônio de Lima Freire, nº 146, Centro, Mari/PB - CEP: 58.310-000
Telefone: (83) 3287-1245 - E-mail: cmmari.pb.gov.br

Aprovado em
1ª e 2ª Sessões
Ordem do Dia
28/03/2026



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE MARI – PARAÍBA
CASA JOSÉ PAULO DE FRANÇA

Encaminhado para Sanção
EM: 28/03/26
Presidência

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 02/2026.

Dispõe sobre a apresentação, execução, acompanhamento e fiscalização das emendas individuais impositivas ao orçamento do Município de Mari-PB e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARI, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, aprova a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei regulamenta a apresentação, a execução, o acompanhamento e a fiscalização das emendas individuais impositivas dos Vereadores à Lei Orçamentária Anual – LOA do Município de Mari-PB.

Art. 2º A Lei Orçamentária Anual conterá dotação própria para atendimento das emendas individuais impositivas, no limite global de até 2% (dois por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior, observado o disposto na Lei Orgânica do Município.

§ 1º O valor destinado às emendas individuais será dividido igualmente entre os Vereadores.

§ 2º Cada Vereador deverá destinar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do valor de suas emendas para ações e serviços públicos de saúde.

Art. 3º A execução das emendas observará a Constituição Federal, a legislação federal aplicável, a Lei Orgânica Municipal, o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA.

Art. 4º As emendas poderão ser destinadas:

I – à execução direta de ações, obras, serviços e aquisição de bens pelo Município; ou

II – à transferência de recursos para órgãos ou entidades públicas ou para organizações da sociedade civil, quando legalmente admitida.

Parágrafo único. As transferências para organizações da sociedade civil observarão a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e demais normas aplicáveis.

CAPÍTULO II

DA APRESENTAÇÃO DAS EMENDAS

Art. 5º As emendas individuais impositivas serão apresentadas pelos Vereadores à Câmara Municipal mediante o **Formulário Simplificado de Emenda Individual Impositiva**, constante do Anexo I desta Lei.

§ 1º O Vereador deverá indicar, de forma clara e objetiva:

I – seu nome;

II – número e ano da emenda;

III – valor destinado;

IV – área de aplicação;

V – órgão ou Secretaria responsável pela execução, quando conhecido;

VI – descrição do objeto;

VII – justificativa;

VIII – localidade e público beneficiado;

IX – beneficiário, quando houver;

X – CNPJ do beneficiário, quando se tratar de pessoa jurídica;

XI – natureza da despesa, indicando se se trata de custeio ou investimento, quando possível.

§ 2º O Vereador não será obrigado a apresentar parecer técnico, orçamento, projeto de engenharia ou documento cuja elaboração seja de competência do Poder Executivo.

Art. 6º A Câmara Municipal poderá disponibilizar o formulário de que trata o artigo anterior em meio físico ou eletrônico.

Art. 7º As emendas impositivas individuais deverão ser protocoladas pelo Poder Legislativo até a última seção legislativa do primeiro semestre antes do recesso do meio do ano, para a devida tramitação no Poder Executivo, obedecendo os prazos previstos nesta Lei.

Parágrafo Único: Fica estabelecido que no primeiro ano de apresentação das emendas, 2026, que serão executadas na LOA correspondente ao exercício de 2027, poderá ser de forma extemporânea até o limite da última seção legislativa do ano de aprovação da LOA.

I - A Comissão de Finanças e Orçamento ou o órgão competente da Câmara poderá verificar previamente a existência de erros materiais ou ausência de informações essenciais.

II - Havendo necessidade de correção, o Vereador será comunicado para promover o ajuste dentro do prazo estabelecido pela Câmara.

CAPÍTULO III

DA EXECUÇÃO

Art. 9º A Secretaria ou órgão municipal responsável pela execução verificará a viabilidade técnica, jurídica, administrativa e orçamentária da emenda.

§ 1º Não poderá ser considerado impedimento técnico a mera ausência de providência administrativa que possa ser adotada pelo próprio Poder Executivo.

§ 2º A execução das emendas observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e isonomia.

Art. 10. A execução das emendas deverá ocorrer de forma equitativa, sem distinção em razão da autoria parlamentar.

Art. 11. As emendas poderão contemplar despesas correntes ou de capital, desde que compatíveis com o objeto indicado e com a legislação orçamentária.

CAPÍTULO IV

DOS IMPEDIMENTOS TÉCNICOS

Art. 12. A obrigatoriedade de execução da emenda não se aplica quando houver impedimento de ordem técnica, jurídica ou legal que impossibilite sua execução.

§ 1º Constituem impedimentos técnicos, entre outros:

- I – incompatibilidade do objeto com o programa ou ação orçamentária;
- II – impossibilidade jurídica ou técnica de execução;
- III – ausência de documentação essencial exigida pela legislação;
- IV – irregularidade jurídica ou fiscal do beneficiário, quando legalmente exigível;
- V – incompatibilidade manifesta entre o valor destinado e a execução do objeto;
- VI – destinação para pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais;
- VII – destinação para pagamento do serviço da dívida;
- VIII – criação de despesa obrigatória de caráter continuado sem observância da legislação fiscal;
- IX – ausência de projeto, licença ou autorização indispensável à execução de obra ou serviço;
- X – descumprimento dos requisitos legais para transferência de recursos a entidade privada;
- XI – objeto indeterminado, genérico ou materialmente impossível;
- XII – outros impedimentos de ordem técnica ou legal devidamente fundamentados.

§ 2º O impedimento deverá ser comunicado formalmente ao Vereador autor, indicando sua causa e, sempre que possível, a providência necessária à sua correção.

CAPÍTULO V

DO REMANEJAMENTO

Art. 13. Constatado impedimento definitivo à execução da emenda, o Vereador autor poderá indicar nova programação para aplicação do respectivo valor, observada a destinação mínima para a saúde.

§ 1º A indicação de nova programação será feita no prazo de até 30 (trinta) dias da ciência do impedimento.

§ 2º A nova indicação deverá observar esta Lei, a LDO, o PPA, a LOA e demais normas aplicáveis.

§ 3º O Poder Executivo adotará as providências necessárias ao remanejamento, desde que não exista novo impedimento técnico ou legal.

Art. 14. O Poder Executivo comunicará à Câmara Municipal os impedimentos identificados no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, salvo prazo diverso estabelecido pela Lei Orgânica ou legislação superior.

Parágrafo único. A comunicação deverá indicar, de forma objetiva, a emenda atingida, o motivo do impedimento e, quando possível, a providência necessária para sua superação.

CAPÍTULO VI

DAS VEDAÇÕES

Art. 15. É vedada a apresentação de emenda individual impositiva que:

- I – tenha por finalidade o pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais;
- II – tenha por finalidade o pagamento do serviço da dívida;
- III – contrarie a Constituição Federal ou a legislação vigente;
- IV – seja incompatível com o PPA, a LDO ou a LOA;
- V – tenha objeto incompatível com a finalidade do órgão ou entidade responsável pela execução;
- VI – beneficie entidade que não reúna as condições legais para receber recursos públicos;
- VII – crie despesa obrigatória de caráter continuado sem observância da legislação fiscal;
- VIII – tenha objeto indeterminado ou cuja execução seja juridicamente ou materialmente impossível;
- IX – apresente valor manifestamente incompatível com o objeto proposto.

CAPÍTULO VII

DAS ENTIDADES PRIVADAS E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Art. 16. Quando a emenda indicar organização da sociedade civil ou outra entidade privada como beneficiária, a transferência dos recursos dependerá do cumprimento dos requisitos previstos na legislação aplicável.

§ 1º A entidade apresentará a documentação exigida pelo Poder Executivo e, quando necessário, o Plano de Trabalho Simplificado, conforme Anexo II desta Lei.

§ 2º Não serão exigidos documentos ou declarações que não sejam previstos em lei ou necessários à comprovação da regularidade da entidade e da execução do objeto.

§ 3º A celebração do instrumento de parceria e a liberação dos recursos competirão ao Poder Executivo, observada a legislação aplicável.

Art. 17. Os recursos transferidos deverão ser utilizados exclusivamente na finalidade indicada na emenda e no respectivo instrumento de parceria.

Parágrafo único. A utilização irregular dos recursos sujeitará os responsáveis às medidas administrativas, civis e penais cabíveis.

CAPÍTULO VIII

DA TRANSPARÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

Art. 18. O Poder Executivo divulgará no Portal da Transparência as informações relativas às emendas individuais impositivas, contendo, no mínimo:

- I – nome do Vereador autor;
- II – número e valor da emenda;
- III – objeto;
- IV – órgão ou Secretaria responsável;
- V – beneficiário, quando houver;
- VI – situação da execução;
- VII – valores empenhados, liquidados e pagos.

Art. 19. A Câmara Municipal poderá acompanhar a execução das emendas por meio de suas comissões permanentes e demais órgãos competentes.

Parágrafo único. O Vereador autor poderá solicitar informações ao Poder Executivo sobre a execução da emenda, sem prejuízo das competências dos órgãos de controle interno e externo.

CAPÍTULO IX

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 20. A prestação de contas das emendas executadas diretamente pelo Município ou transferidas a terceiros observará a legislação aplicável.

§ 1º Nas transferências realizadas para entidades privadas, a prestação de contas deverá demonstrar a aplicação dos recursos no objeto aprovado.

§ 2º A análise da prestação de contas competirá ao órgão responsável pela execução da parceria, observadas as normas legais.

Art. 21. A responsabilidade pela fiscalização da aplicação dos recursos será dos órgãos competentes do Poder Executivo, sem prejuízo da fiscalização exercida pela Câmara Municipal, pelo Tribunal de Contas e pelos demais órgãos de controle.

CAPÍTULO X

DOS RESTOS A PAGAR

Art. 22. Para fins de cumprimento da execução financeira das emendas individuais, poderão ser considerados os restos a pagar das programações orçamentárias, observado o limite de 0,6% (zero vírgula seis por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, nos termos da Lei Orgânica do Município.

CAPÍTULO XI

DA EXECUÇÃO POR OUTRA FONTE DE RECURSOS

Art. 23. Quando o objeto indicado na emenda for integralmente executado pelo Poder Executivo mediante outra dotação orçamentária ou fonte de recursos, a emenda será considerada atendida quanto ao seu objeto.

§ 1º Na hipótese do caput, o Poder Executivo comunicará o fato ao Vereador autor.

§ 2º O Vereador poderá, no prazo de 15 (quinze) dias, indicar nova destinação para o valor correspondente, desde que observadas as disposições desta Lei.

§ 3º Não haverá obrigação de execução financeira em duplicidade para o mesmo objeto.



CÂMARA
MUNICIPAL DE MARI

DIÁRIO OFICIAL

DO PODER LEGISLATIVO DE MARI

LEI Nº 1.278 DE 28 DE MARÇO DE 2025

Mari | 16 de Setembro 2026 | Edição Nº 8 | www.cmmari.pb.gov.br

CAPÍTULO XII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. O Poder Executivo poderá regulamentar os procedimentos administrativos necessários à execução desta Lei, sem criar exigências que dificultem ou inviabilizem injustificadamente as emendas.

Art. 25. Os modelos constantes dos Anexos I, II, III e IV integram esta Lei e poderão ser atualizados por ato da Mesa Diretora, quanto aos aspectos meramente formais, sem alteração de seu conteúdo jurídico.

Art. 26. Os casos omissos serão solucionados com fundamento na Constituição Federal, legislação federal aplicável, Lei Orgânica do Município.

Art. 27. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 28. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Mari-PB, 19 de agosto de 2026.


DIACYARA MARIA MARTINIANO DE MOURA
Presidente da Câmara Municipal de Mari-PB


Tânia Maria Oliveira Silva
Vice-Presidente


Eriivan de Sousa Silva
1º Secretário


Emanuelly de Melo da Silva
2º Secretário

ANEXO I

FORMULÁRIO SIMPLIFICADO DE EMENDA INDIVIDUAL IMPOSITIVA

CÂMARA MUNICIPAL DE MARI – PB

EMENDA INDIVIDUAL IMPOSITIVA

1. IDENTIFICAÇÃO

Vereador(a) autor(a):

Partido: _____

Emenda nº: _____ / _____

Valor: R\$ _____

2. ÁREA DE DESTINAÇÃO

[]			Saúde
[]			Educação
[]		Assistência	Social
[]			Infraestrutura
[]			Esporte
[]			Cultura
[]			Agricultura
[]		Meio	Ambiente

[] Outra: _____

3. ÓRGÃO/SECRETARIA RESPONSÁVEL

Programa/Ação, se conhecido:

4. OBJETO DA EMENDA

Descreva de forma clara e objetiva o que deverá ser realizado:

5. LOCALIDADE/PÚBLICO BENEFICIADO

Localidade:

Público beneficiado:

6. BENEFICIÁRIO

[] Município/Órgão Público

[] Organização da Sociedade Civil

[] Outra entidade legalmente habilitada

Nome/Razão Social:

CNPJ:

7. NATUREZA DA DESPESA

[] Custeio

[] Investimento

8. JUSTIFICATIVA

Explique, de forma objetiva, a necessidade e o interesse público da destinação:

9. DECLARAÇÃO DO PARLAMENTAR

Declaro que as informações acima correspondem à finalidade pretendida com a presente emenda individual impositiva, comprometendo-me a observar as disposições da legislação aplicável.

Mari-PB, ____ de _____ de ____.

Vereador(a) Autor(a)

ANEXO II

PLANO DE TRABALHO SIMPLIFICADO – ENTIDADE BENEFICIÁRIA

EMENDA INDIVIDUAL IMPOSITIVA Nº /

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Representante Legal:

Telefone/E-mail:

2. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

Objeto da parceria/emenda:

3. JUSTIFICATIVA

Descreva a necessidade social e a finalidade pública da aplicação dos recursos:

4. PÚBLICO BENEFICIADO

Quantidade estimada: _____

Perfil do público: _____

5. METAS E RESULTADOS

Meta Quantidade/Resultado esperado

1. _____
2. _____
3. _____

6. VALOR

Valor total da emenda: R\$ _____

Custeio: R\$ _____

Investimento: R\$ _____

7. PRAZO DE EXECUÇÃO

Início previsto: // _____

Término previsto: // _____

8. DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da lei, que as informações prestadas são verdadeiras e que os recursos serão utilizados exclusivamente para execução do objeto aprovado, observada a legislação aplicável.

Mari-PB, ____ de _____ de ____.

Representante Legal da Entidade

ANEXO III

PARECER SIMPLIFICADO DE VIABILIDADE TÉCNICA

EMENDA Nº /

Vereador(a): _____

Objeto: _____

Valor: R\$ _____

Órgão/Secretaria responsável: _____

1. ANÁLISE

O objeto é compatível com a finalidade do órgão?

[] SIM

[] NÃO

O objeto é juridicamente possível?

[] SIM

[] NÃO

O valor é compatível com a execução pretendida?

[] SIM

[] NÃO

Há documentação suficiente para execução?

[] SIM

[] NÃO

[] NÃO SE APLICA

2. RESULTADO

[] APROVADA – SEM IMPEDIMENTO

[] APROVADA COM DILIGÊNCIA

[] IMPEDIMENTO TÉCNICO/LEGAL

3. FUNDAMENTAÇÃO, SE HOUVER IMPEDIMENTO

4. PROVIDÊNCIA NECESSÁRIA

Mari-PB, ____ de _____ de ____.

Responsável pela análise

Secretário(a)/Dirigente do órgão

ANEXO IV

FORMULÁRIO DE REMANEJAMENTO DE EMENDA POR IMPEDIMENTO TÉCNICO

EMENDA ORIGINAL Nº /

Vereador(a) autor(a): _____

Valor: R\$ _____

Objeto originalmente indicado: _____

Motivo do impedimento técnico/legal: _____

NOVA DESTINAÇÃO

Área: _____

Órgão/Secretaria responsável: _____

Novo objeto: _____

Localidade/público beneficiado: _____

Valor: R\$ _____

Beneficiário, se houver: _____

CNPJ: _____

DECLARAÇÃO DO VEREADOR

Diante do impedimento técnico/legal comunicado pelo Poder Executivo, indico a nova programação acima para aplicação do valor correspondente à Emenda Individual Impositiva nº /.

Declaro que a nova destinação observa os limites e requisitos estabelecidos na legislação vigente, inclusive quanto à destinação mínima para ações e serviços públicos de saúde.

Mari-PB, ____ de _____ de ____.

Vereador(a) Autor(a)

ANÁLISE DO PODER EXECUTIVO

[] Nova programação apta à execução.

[] Nova programação apresenta impedimento técnico/legal.

Justificativa, se houver: _____

Mari-PB, ____ de _____ de ____.

Responsável pela análise

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Senhoras Vereadoras,
Senhores Vereadores,

O presente Projeto de Lei tem por finalidade estabelecer uma regulamentação **simples, objetiva e funcional** para a apresentação e execução das emendas individuais impositivas no Município de Mari-PB.

A regulamentação anteriormente elaborada pela Câmara Municipal disciplinava detalhadamente diversos procedimentos, inclusive documentação, planos de trabalho, declarações, prestação de contas, movimentação financeira e procedimentos específicos para organizações da sociedade civil.

Embora importantes, muitos desses procedimentos já encontram disciplina na legislação federal, especialmente na Lei Federal nº 13.019/2014. Por isso, a presente proposição concentra-se nas questões que efetivamente precisam ser regulamentadas no âmbito municipal.

A proposta mantém os elementos essenciais da regulamentação das emendas impositivas do Município de Mari, especialmente o limite global de **2% da receita corrente líquida**, a distribuição igualitária entre os Vereadores, a obrigatoriedade de aplicação de pelo menos **50% dos recursos individuais em ações e serviços públicos de saúde** e a possibilidade de consideração dos restos a pagar dentro do limite previsto na Lei Orgânica Municipal.

A principal inovação prática consiste na adoção de um **Formulário Simplificado de Emenda Individual Impositiva**, constante do Anexo I.

Assim, o Vereador deverá indicar aquilo que efetivamente lhe compete indicar: **o valor, o objeto, a finalidade, a localidade, o público beneficiado e, quando houver, o beneficiário**.

Não se pretende transferir ao parlamentar atribuições técnicas próprias do Poder Executivo.

Projetos de engenharia, análises técnicas, pareceres administrativos, verificações orçamentárias e demais providências necessárias à execução deverão ser realizadas pelos órgãos municipais competentes.

Para as organizações da sociedade civil, foi criado um **Plano de Trabalho Simplificado**, constante do Anexo II, contendo apenas as informações necessárias à identificação do objeto, metas, público beneficiado, valor e período de execução.

Também foi instituído o **Parecer Simplificado de Viabilidade Técnica**, no Anexo III, permitindo que a Secretaria responsável manifeste objetivamente se a emenda é executável ou se existe impedimento devidamente fundamentado.

Por fim, o Anexo IV estabelece modelo simples para que o Vereador possa indicar nova destinação quando houver impedimento técnico definitivo, preservando a efetividade do orçamento impositivo.

A proposta segue, nesse aspecto, a lógica adotada em modelos recentes de regulamentação, nos quais o Executivo analisa a viabilidade técnica e comunica os impedimentos, cabendo ao Legislativo indicar eventual remanejamento.

Dessa forma, pretende-se evitar que a regulamentação das emendas impositivas se transforme em procedimento burocrático que dificulte sua própria execução.

A presente proposição busca, portanto, conciliar três objetivos fundamentais:

I – facilitar o trabalho dos Vereadores;

II – conferir segurança administrativa ao Poder Executivo; e

III – garantir que as emendas efetivamente atendam às necessidades da população de Mari.

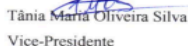
O resultado é uma legislação municipal mais enxuta, com formulários padronizados, responsabilidades claramente distribuídas e preservação dos mecanismos necessários de controle, transparência e prestação de contas.

Diante da relevância da matéria para o fortalecimento da atuação parlamentar e para a correta aplicação dos recursos públicos, contamos com o apoio dos Nobres Vereadores para a aprovação da presente proposição.

Câmara Municipal de Mari-PB, 19 de agosto de 2026.


DJACYARA MARIA MARTINIANO DE MOURA

Presidente da Câmara Municipal de Mari-PB


Tânia Maria Oliveira Silva
Vice-Presidente


Eryan de Sousa Silva
1º Secretário


Emanuel de Melo da Silva
2º Secretário



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE MARI
Casa José Paulo de França

PROMULGAÇÃO Nº 10 /2026

PROMULGA A LEI MUNICIPAL Nº 1.325/2026, DECORRENTE DE SANÇÃO TÁCITA.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARI, Estado da Paraíba, no uso das atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pelo Regimento Interno desta Casa Legislativa,

CONSIDERANDO que o Projeto de Lei nº 08/2026 da Vereadora Djacyara Maria Martiniano de Moura, foi regularmente aprovado pela Câmara Municipal de Mari;

CONSIDERANDO que o referido projeto foi encaminhado ao Chefe do Poder Executivo Municipal para sanção ou veto, na forma da legislação aplicável;

CONSIDERANDO que transcorreu o prazo legal sem que o Prefeito Municipal tenha sancionado expressamente ou vetado o projeto, caracterizando-se a sanção tácita;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Orgânica do Município de Mari e, subsidiariamente, o princípio estabelecido no art. 66, § 7º, da Constituição Federal, quanto à promulgação das leis em caso de omissão do Chefe do Poder Executivo;

RESOLVE:

Art. 1º Fica promulgada, em razão da sanção tácita, a Lei Municipal nº 1.325/2026, originária do Projeto de Lei nº 08/2026 da Vereadora Djacyara Maria Martiniano de Moura, aprovado pela Câmara Municipal de Mari, cujo texto integral acompanha o presente ato.

Art. 2º Determina-se o registro, a publicação oficial e a adoção das providências administrativas necessárias à divulgação da referida Lei Municipal.

Art. 3º Esta Promulgação entra em vigor na data de sua publicação, sem prejuízo da cláusula de vigência constante do texto da Lei ora promulgada.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Mari, Estado da Paraíba, em 14 de outubro de 2026.


Djacyara Maria Martiniano de Moura

Presidente da Câmara Municipal de Mari – PB.

Câmara Municipal de Mari - Estado da Paraíba
Rua Antônio de Luna Filho, nº 184, Centro, Mari/PB - CEP: 58.345-000
Telefone: (83) 3297-1245 - Site: cmmari.pb.gov.br

Aprovado em única sessão
131. Sala das Sessões
10/08/2026



ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO MUNICIPAL DE MARI

Encaminhado para Sanção
EM: 10/08/26
Presidente

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 08/2026

"Cria a Zona de Urbanização Específica – ZUE de Mari, com perímetro urbano específico definido, e estabelece outras providências"

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARI, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, aprova a seguinte Lei:

Art. 1º. Em consonância com a Lei Municipal nº 1.264, de 2024, que Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Mari - PB, e com a Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, fica criada a **Zona de Urbanização Específica – ZUE de Mari**, destinada à implantação de Loteamentos na modalidade Chácaras Recreativas, Condomínios Fechados, Loteamentos Particulares e outros destinados a habitação, com perímetros em áreas rurais, como Sítio Tomê, Alfavaca, Açudinho e Olho d'água que são áreas de interesses econômicos:

1 - A Zona de Urbanização Específica – ZUE criada neste artigo deverá ser representada graficamente com mapas a serem apresentados nos órgãos competentes.

Art. 2º. Esta Lei dispõe estritamente sobre a desafetação de uso e criação da referida Zona de Urbanização Específica – ZUE. A aprovação técnica, a anuência ambiental e a consequente implantação dos empreendimentos que dependerão de regular processo administrativo a ser instruído perante o Poder Executivo Municipal e órgãos competentes, devendo cumprir integralmente as diretrizes urbanísticas da Lei Federal nº 6.766/1979, do Plano Diretor de Mari (Lei Municipal nº 1.264/2024) e demais normas ambientais e urbanísticas aplicáveis, para a regular emissão do competente Alvará de Parcelamento do Solo urbano.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mari, 24/08/2026.

Djacyaara Maria Martiniano de Moura
Presidente



ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO MUNICIPAL DE MARI

JUSTIFICATIVA

Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores,

O presente Projeto de Lei tem por finalidade criar a **Zona de Urbanização Específica – ZUE de Mari**, estabelecendo condições legais para que áreas com potencial econômico do Município possam receber, de forma planejada e regular, **condomínios fechados, chácaras recreativas, loteamentos particulares e outros empreendimentos habitacionais**.

A proposta representa uma importante medida de **planejamento urbano e desenvolvimento econômico**, especialmente diante do potencial de crescimento imobiliário de Mari e da possibilidade de atração de novos investimentos privados.

A criação da ZUE proporcionará maior **segurança jurídica e previsibilidade aos investidores**, tornando o Município mais atrativo para empreendedores interessados em implantar condomínios e loteamentos, o que poderá gerar **empregos, renda, valorização imobiliária, movimentação do comércio e da construção civil e aumento da arrecadação municipal**.

É importante destacar que a criação da ZUE **não autoriza automaticamente a implantação de qualquer empreendimento**. Cada projeto continuará sujeito à análise e aprovação do Poder Executivo e dos órgãos competentes, observando integralmente o Plano Diretor Municipal, a Lei Federal nº 6.766/1979 e as normas ambientais, urbanísticas e de infraestrutura aplicáveis.

Assim, a proposta busca conciliar **desenvolvimento econômico, planejamento territorial e responsabilidade pública**, permitindo que Mari se prepare para receber novos investimentos de maneira organizada e sustentável.

Áreas como **Sítio Tomê, Alfavaca, Açudinho e Olho d'Água** apresentam potencial para se tornarem novos vetores de desenvolvimento, contribuindo para a expansão ordenada do Município e para a geração de oportunidades à população.

A aprovação desta matéria representa, portanto, um passo importante para transformar Mari em um **ambiente favorável ao empreendedorismo e em um polo regional de investimentos imobiliários**, sem afastar o controle público e o cumprimento das exigências legais.

Diante disso, contamos com o apoio dos nobres Vereadores para a aprovação do presente Projeto de Lei, por entendermos que a medida atende ao **interesse público e ao desenvolvimento econômico e urbano de Mari**.

Mari-PB, 24 de agosto de 2026.

DJACYAARA MARIA MARTINIANO DE MOURA

Presidente da Câmara Municipal de Mari-PB